



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0204523-8/01

AGRAVANTE: CMW Saúde & Tecnologia Importação e Exportação Ltda.

AGRAVADOS: Município do Recife e Outros

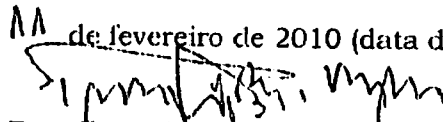
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO, POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO RECURSAL. 1. Embora equivocadamente manejada, na hipótese, a via do agravo doméstico, o recurso merece conhecimento, como recurso de agravo, em homenagem à instrumentalidade das formas e à técnica da fungibilidade recursal. 2. A decisão agravada consignou "a existência nos autos dos Ofícios nº 524/2009 e 573/2009 expedidos pela ANVISA, relativamente aos produtos PREGOMIN e NEOCATE, ofertados pelas licitantes vencedoras dos lotes 01 e 03 do certame em questão, confirmando que uma vez protocolado o pedido de revalidação de registro dentro do prazo legal, dito registro permanece válido até a publicação, no Diário Oficial da União, da decisão final acerca da renovação (fls. 269 e 270). Importa ressaltar, nos termos do Ofício 763/2009 da ANVISA, constante das fls. 276 dos autos, que por meio de recurso administrativo interposto, o produto PREGOMIN também se encontra com a revalidação de seu registro em análise (fls. 276). 3. Não se cuida, portanto, de violação ao princípio de vinculação ao edital, mas de aplicação das normas do próprio ente responsável pela concessão dos registros dos produtos licitados, pelo que a inabilitação das licitantes vencedoras, tal como pretendido pela ora agravante, é que caracterizaria ilegalidade. 4. As razões recursais não trazem qualquer argumento capaz de infirmar os fundamentos da decisão agravada. 5. Agravo Regimental, recebido como Recurso de Agravo, e improvido à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental nº 0204523-8/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 11 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

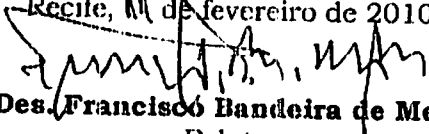
AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0204523-8/01  
AGRAVANTE: CMW Saúde & Tecnologia Importação e Exportação Ltda.  
AGRAVADOS: Município do Recife e Outros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto por **CMW Saúde & Tecnologia Importação e Exportação Ltda.** em face da decisão terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 0204523-8, em virtude da manifesta improcedência da pretensão recursal.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 11 de fevereiro de 2010.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0204523-8/01  
AGRAVANTE: CMW Saúde & Tecnologia Importação e Exportação Ltda.  
AGRAVADOS: Município do Recife e Outros  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

*Prima facie*, observo tratar-se de recurso contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso, sendo, pois, o caso de agravo legal, tal como previsto no art. 557, § 1º, do CPC.

Todavia, embora equivocadamente manejada, na hipótese, a via do agravo doméstico, o recurso merece conhecimento, em homenagem à instrumentalidade das formas e à técnica da fungibilidade recursal (objeto, inclusive) da Súmula nº 42 desta Corte. Recebo-o, portanto, como Recurso de Agravo.

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

*"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto em face de decisão proferida pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da ação ordinária nº 001.2009.142982-0, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, consistente na suspensão da contratação da aquisição dos bens objeto do Pregão Eletrônico nº 029/2009 promovido pelo Município do Recife, até decisão final do processo, ou, alternativamente, reconhecimento da nulidade do ato impugnado, com o prosseguimento do certame e contratação.*

A decisão agravada foi lançada nos seguintes termos:

*"Cuida-se de reiteração de pedido objetivando a concessão de liminar, considerando que a decisão de fls. 149 indeferiu o pleito. Apesar da autora ter mudado o pedido, bem como acostado novos documentos à inicial, entendemos que os motivos que ensejaram a denegação da urgência permanecem, e ainda com maior razão, haja vista que a equipe de pregoeiros enfrentou de forma correta a impugnação da autora, entendendo que os registros dos produtos das empresas vencedoras do certame estavam revalidados pela ANVISA.*

*Posto isto, mantenho a decisão de fls. 149, determinando que a secretaria cumpra as determinações ali contidas."*

*Registro que o pleito de antecipação de tutela foi inicialmente indeferido por não se ter instruído a inicial com os documentos indispensáveis à análise da verossimilhança das alegações, quais sejam: a decisão administrativa impugnada, que julgou improcedente o recurso administrativo e as contra-razões a tal recurso ofertadas pelas licitantes vencedoras dos lotes 01 e 03, e, bem assim, em virtude de o procedimento já se encontrar na fase de contratação.*

Ag. Reg. 0204523-8/01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

A ora agravante emendou a inicial e carrou os documentos apontados pelo Juízo a quo. Todavia, a antecipação de tutela pleiteada foi mais uma vez indeferida pela decisão ora agravada.

Sustenta a agravante em suas razões: (i) necessidade de recebimento do presente agravo em sua forma instrumental, ante a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação, lesão essa consistente no fornecimento dos produtos sem o devido registro na ANVISA; (ii) existência de prova inequívoca a caracterizar a verossimilhança de suas alegações, consistente na comprovação de inexistência: (a) de registro válido perante a ANVISA dos produtos ofertados para os lotes 01 e 03 e (b) de previsão editalícia admitindo a substituição desses registros por protocolos de renovação; (iii) o art. 3º do Decreto-Lei nº 986/69 estabelece que todo alimento somente será exposto a consumo ou posto à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde e o § 1º desse artigo estabelece que o mencionado registro será concedido no prazo máximo de sessenta dias; (iv) dito registro é também exigido pela Resolução nº 23/2000 da ANVISA, que dispõe, em seu item 7.1, que o registro tem validade de cinco anos e sua revalidação deve ser solicitada no prazo de até 60 dias antes de seu vencimento; (v) sustenta, dessa forma, inexistir previsão na legislação de regência de que o registro possa ser substituído pelo protocolo de renovação; (vi) os produtos ofertados para os itens 01 e 03, cuja classificação ora se impugna, são alimentos essenciais para pessoas com graves alergias alimentares, não se tratando de mero formalismo, de vez que inexistente garantia de renovação dos registros, não deveriam ser admitida a resposta da ANVISA à consulta formulada pela Support Produtos Nutricionais Ltda.; (vii) **que dita empresa realmente requereu renovação dos registros no prazo legal**, mas cerca de três anos após a formalização, tal renovação ainda não foi deferida; (viii) que o produto PREGOMIN, ofertado no item 1, teve sua revalidação de registro indeferida, o que ensejou a interposição de recurso administrativo, recebido em efeito suspensivo; (ix) o Município do Recife realizou analogia entre a legislação vigente para medicamentos e correlatos (Lei nº 6.360/76), aplicando-a para alimentos para fins especiais, sustentando inexistir previsão de renovação automática de registro para esses, que não se enquadram no conceito de correlatos de medicamentos e possuem legislação própria.

É o que importa relatar.

Conforme acima exposto, a presente lide gira em torno do Pregão Eletrônico nº 29/2009, promovido pelo Município do Recife, cujo objeto consiste:

"Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para a aquisição de fórmulas especiais (leites) - 03 (três) lotes, para alimentação de pacientes infantis portadores de intolerância e alergia alimentar, para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Recife, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos." (fls. 43).

Ag. Reg 0204523-8/01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

12  
219

Observo, na sequência, que a presente lide versa sobre os lotes 01 e 03, tal como descritos no termo de referência constante do anexo II do mencionado edital (fls. 74), mais especificamente sobre os documentos de controle de qualidade de produtos exigidos pelos item 4.17 do edital (fls. 48), nos seguintes termos:

- a) prova de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para todos os lotes, de acordo com as disposições constantes do Anexo II deste edital;
- b) caso o item cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o proponente deverá apresentar cópia do ato que isenta o produto de registro;
- c) o licitante mercenante distribuidor deverá apresentar a autorização legal do titular dos registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para comercialização do(s) produto(s), com identificação e firma reconhecida do emitente."

Pois bem.

Analisando os documentos relativos ao pregão em comento, verifico, nos termos da ata da sessão pública e atos seguintes, constante às fls 106/111 dos autos, que após a fase de lance e demais procedimentos, o lote 01 foi adjudicado à empresa Tecnovida comercial Ltda., tendo a agravante ficado em segundo lugar (fls. 107/109), e ainda que o lote 03 foi adjudicado à empresa Support Produtos Nutricionais Ltda., tendo de igual modo a agravante ficado em segunda colocação. (fls. 108/110).

Verifico, às fls. 179, o parecer expedido, em 14/09/2009, pelo Gerente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife, que, manifestando-se sobre o recurso administrativo interposto pela ora agravante, concluiu, em relação ao lote 01:

"Conforme Resolução RDC nº 25/2008, Lei nº 6360/1976, ainda que vencido o prazo de validade do produto submetido ao regime da Vigilância Sanitária, se protocolada a petição de revalidação no prazo legal e pendente da decisão inicial, considera-se automaticamente revolidado o registro, hipótese em que a empresa está autorizada à comercialização do produto até a conclusão da análise técnica e publicação no D.O.U.;

Que a petição para revalidação do registro foi protocolizada na VISA ESTADUAL em 27/10/2006, portanto dentro do prazo legal, continuando válido o registro do produto até publicação no D.O.U. da decisão do pedido de revalidação;

Pelo exposto, somos de Parecer Contrário ao recurso administrativo da empresa CMW Saúde & Tecnologia Importação E Exportação LTDA, relativo ao lote 01 do Pregão Eletrônico nº 29/2009 - Processo nº 030/2009.

Quanto ao Lote 03, o Gerente de Assistência Farmacêutica também opinou contrariamente ao recurso administrativo da CMW Saúde & Tecnologia Importação e Exportação Ltda., fundando seu opinativo na

Ag Reg 0204523-8/01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

Resolução RDC/ANVISA nº 25/2008 e na Lei nº 6360/1976, eis que, nos termos do Ofício nº 529 - GPESP/EGALI/ANVISA, o registro do produto ofertado pela Support Produtos Nutricionais LTDA. encontra-se válido até a publicação no DOU da decisão acerca do pedido de revalidação.

Verifico, ainda, a existência nos autos dos Ofícios nº 524/2009 e 573/2009 expedidos pela ANVISA, relativamente aos produtos PREGOMIN e NEOCATE, ofertados pelas licitantes vencedoras dos lotes 01 e 03 do certame em questão, confirmando que uma vez protocolado o pedido de revalidação de registro dentro do prazo legal, dito registro permanece válido até a publicação, no Diário Oficial da União, da decisão final acerca da renovação (fls. 269 e 270).

Importa ressaltar, nos termos do Ofício 763/2009 da ANVISA, constante das fls. 276 dos autos, que por meio de recurso administrativo interposto, o produto PREGOMIN também se encontra com a revalidação de seu registro em análise (fls. 276).

Assim, neste julgo de cognição sumária -- próprio das antecipações tutela - é de se concluir pelo atendimento das disposições editalícias por parte das licitantes vencedoras dos lotes 01 e 03.

Nesses termos, dos quais exsurge a improcedência manifesta da pretensão recursal, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento, o que faço com fulcro no art. 557, caput, do CFC.

Publique-se."

Pois bem.

A agravante afirma que a habilitação das licitantes vencedoras dos lotes 01 e 03 do Pregão Eletrônico nº 29/2009 em comento, deu-se em detrimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, eis que o edital exigiu a apresentação do registro dos produtos ofertados na ANVISA, inexistindo previsão de substituição de tal registro por pedido de revalidação, e, bem assim, que a ausência de revalidação não se cuida de mero formalismo, eis que relativa à saúde de seres humanos.

A presente insurgência, entretanto, não merece acolhida.

Na decisão ora agravada registrou-se que:

"Verifico, ainda, a existência nos autos dos Ofícios nº 524/2009 e 573/2009 expedidos pela ANVISA, relativamente aos produtos PREGOMIN e NEOCATE, ofertados pelas licitantes vencedoras dos lotes 01 e 03 do certame em questão, confirmando que uma vez protocolado o pedido de revalidação de registro dentro do prazo legal, dito registro permanece válido até a publicação, no Diário Oficial da União, da decisão final acerca da renovação (fls. 269 e 270).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

*Importa ressaltar, nos termos do Ofício 763/2009 da ANVISA, constante das fls. 276 dos autos, que por meio de recurso administrativo interposto, o produto PREGOMIN também se encontra com a reavaliação de seu registro em análise (fls. 276).*

Ou seja, a ora agravante se insurge contra normas estabelecidas pela ANVISA, que prevêem a validade dos registros dos produtos enquanto pendente de análise o pedido de revalidação tempestivamente protocolado, como no caso dos presentes autos.

Não se cuida, portanto, de violação ao princípio de vinculação ao edital, mas de aplicação das normas do próprio ente responsável pela concessão dos registros dos produtos licitado, pelo que a inabilitação das concorrentes vencedoras, tal como pretendido pela ora agravante, é que caracterizaria ilegalidade.

Nesse panorama, é de se ver que as razões recursais não trouxeram qualquer argumento capaz de infirmar os fundamentos da decisão agravada.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Regimental, recebido como Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator